

Prefácio

Sérgio Capparelli

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CAPPARELLI, S. Prefácio. In: JAMBEIRO, O. *Regulando a TV: uma visão comparativa no Mercosul* [online]. Salvador: EDUFBA, 2000, pp. 7-11. ISBN 978-85-232-1228-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Prefácio

A Televisão do Mercosul

Os países da América Latina estão mais voltados para o que se passa na Europa ou nos Estados Unidos do que para os acontecimentos da região. Essa constatação recorrente parece estar perdendo força, especialmente depois da criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul). A mídia brasileira começou a tratar mais de assuntos políticos, econômicos ou culturais da Argentina, concomitante ao aumento de transações econômicas do Brasil com os outros países da região. Parceiros como o Uruguai e o Paraguai também passaram a frequentar as notícias e o imaginário dos brasileiros, quebrando ou reforçando estereótipos arraigados.

Esse olhar lançado aos países vizinhos não significa que os outros olhares não se dirijam mais à Europa e Estados Unidos. É como se, nessa modernidade tardia, olhos e olhares se multiplicassem como condição de sobrevivência. E também incidissem pelo mesmo motivo em fragmentos da vida social, política, econômica e cultural, sem a preocupação de grandes sínteses. Mesmo assim, quem olha, por hábito ou por necessidade, procura (re)descobrir os possíveis *links* que unem esses fragmentos. A própria televisão do Mercosul pode ser melhor compreendida na perspectivas do regional ou do local, diante das tendências globalizadoras.

Em outras palavras, no momento em que o leitor é convidado a examinar, nessa visão comparativa do Mercosul, as redes de televisão da Argentina, do Paraguai, do Uruguai ou do Brasil, são-lhe fornecidos *links* capazes de revelar por que esses sistemas são tão iguais e tão diferentes ao mesmo tempo. E de revelar também porque alguns sistemas, como o da Argentina, se apressaram no tempo, moldando-se às tendências que estruturam a televisão mundial, como agente e espelho do que vai

ao redor, antes dos outros países da região. E por que em outros sistemas tudo acontece de forma mais lenta, ao compasso de cada país diante da globalização.

Como, porém, tratar a televisão nesses países, com seus links internos e externos, se televisão é um conceito escorregadio, carregado de muitos sentidos, dependendo de onde e com que objetivos ela entra na discussão? A estratégia dos autores foi descrever e analisar os processos regulatórios da televisão nos quatro países e, a partir desses fragmentos, recuperar seus *links* com a política e a economia. Talvez o termo *fragmento* não seja o mais adequado, porque fragmento tem conotação de algo ao acaso, enquanto a tarefa dos pesquisadores envolveu um recorte criterioso, verticalmente na história e, horizontalmente, na geografia.

Por diversas razões este estudo é importante. Vamos citar quatro deles:

Em primeiro lugar, porque, ao adotar uma visão comparativa, o estudo não o faz apenas para expor diferenças e aproximações, como traços capturados ao acaso. Há sempre um fio explicativo crítico, que possibilita a compreensão das semelhanças e das diferenças. A regulamentação da televisão massiva brasileira - que impede até agora sua posse por estrangeiros - explica-se não só por um regime de governo que tem certas idéias a respeito da televisão mas também as tem sobre outros setores da economia ou da cultura; da mesma forma, uma televisão brasileira por assinatura, que permitiu nos anos 90 a entrada do capital estrangeiro para sua exploração, demonstra que são outros os modelos de desenvolvimento em relação aos períodos anteriores, ou diferentes as concepções da televisão nas suas relações com a economia ou com o Estado. E se, por exemplo, a televisão por assinatura no Brasil tem uma regulamentação detalhada, com canais comunitários, o estudo descreve o empenho de grupos sociais organizados, favoráveis à democratização da comunicação, tornando possíveis esses canais.

Em segundo lugar, é importante por mostrar que a hegemonia de determinados modelos de análise dentro da Comunicação não significa a invalidação de outros. Em outras palavras, há estudos que tratam da produção de sentido na televisão; outros, que estudam os fenômenos ligados à recepção da televisão; e há os que, como no caso presente, examinam aspectos da estruturação do sistema televisivo.

Nos anos 60 e parte dos anos 70, boa parte da produção científica no campo da Comunicação procurou analisar as relações dessa mídia com o Estado e com a economia, talvez devido, de um lado, à existência de um governo autoritário e, de outro, ao impacto cada vez maior da televisão dentro da política ou da educação informal. No fim dos anos 70 e nos anos 80, os estudos de conteúdo, de produção do sentido, de análises do discurso ou análises textuais tornaram-se dominantes; e, finalmente, os anos 90 assistiram a um interesse cada vez maior pelos estudos de recepção ou de audiência.

Essa sequência temporal pode levar - e às vezes leva - a falsas conclusões. Vamos adiantar uma delas: a de que a economia-política crítica da televisão foi válida como modelo de análise nos anos 60 e 70 mas que perdeu o sentido nos anos 90 por se tornar anacrônica e até mesmo imprópria como modelo de análise. Tal conclusão é falsa porque são cada vez mais atuais os estudos sobre as relações da televisão e o estado, mesmo que se trate de um estado diferente, que encolhe, e de um mercado que busca, agora, uma centralidade, no campo da cultura, no campo das subjetividades e até mesmo, não raro, no campo da religião. As abordagens da economia-política do ano 2000 certamente não são as mesmas de quase 40 anos atrás. Tomou-se consciência do caráter complexo da Comunicação e da necessidade de uma abordagem teórica e metodológica multi e interdisciplinar, para dar conta de todos os seus contornos, sem nunca esgotá-los. A sociedade da comunicação e da informação se transformou, da mesma forma que os olhares sobre essa transformação.

Em terceiro lugar, esse olhar comparativo é importante por se lançar sobre quatro países do Mercosul. Mostra a urgência de estudos regionais, que estabeleçam os contornos de uma realidade demarcada tanto pelo global como pelo local. Essa visão comparativa está voltada para a economia, para a política e para a cultura da modernidade tardia, cujo pólos mais dinâmicos localizam-se nos Estados Unidos e em alguns países europeus. Mas estão voltados principalmente para o Brasil, para a Argentina, para o Uruguai e para o Paraguai. Podemos, assim, descobrir que o neoliberalismo na Argentina de Menen foi o primeiro a demarcar os novos contornos

da televisão por assinatura, numa perspectiva exclusivamente de mercado; ou para o Paraguai, com análise inédita dos percalços da regulamentação da televisão, não disponíveis no Brasil até o momento. Mesmo inéditos até então - naquele país, mesmo se tratando de uma lei, dificilmente se tinha acesso ao seu teor original - a estrutura regulatória de sua TV, a partir de um percurso histórico e analítico, de sua estrutura regulatória e de suas variantes institucionais, deixa antever suas características principais quer na ditadura de Stroessner, quer na redemocratização.

A mudança da função do estado - passa de operador a regulador - é uma das características mais comuns nesses quatro países. E também, como assinala o estudo, uma das características das mudanças na televisão europeia, tradicionalmente com forte participação do estado em seu funcionamento. Lá também, o modelo do estado operador ficou na defensiva, regulamentando o campo audiovisual, mas, diferentemente daqui, o sistema tornou-se dual, isto é, as empresas públicas continuaram ocupando uma parte importante do cenário de radiodifusão. Essas dificuldades de desregulamentação e de re-regulamentação, a partir do mercado, foram mais tranquilas no Mercosul, onde o Estado operador sempre foi fraco, situando-se, portanto, mais próximo do modelo norte-americano.

Também é comum o descompasso entre a criação de situações de fato pelo mercado e a lentidão das instâncias regulatórias do estado. O mercado sempre foi mais rápido, organizado, ocupando espaços, estabelecendo rotinas, defendendo interesses e criando situações que as regulamentações posteriores apenas ratificaram.

Finalmente, em quarto lugar, essa visão comparativa da televisão do Mercosul é importante porque, antes de entrar na análise da regulamentação propriamente dita, preocupa-se em retrabalhar alguns conceitos do dia-a-dia. Trata-se de uma seção didática, onde é possível refinar alguns conceitos, como, por exemplo, o de *bem público*, o de *serviço público* ou o de *interesse público*. São conceitos importantes na compreensão do triângulo formado pelo estado, sociedade e interesses econômicos. No caso da televisão, constituem conectores, na intersecção entre a televisão pública e privada, entre operadores e reguladores. E o são da mesma forma

que o propósito principal do estudo é a análise da estrutura das regulamentações nesses quatro países. E por quê? Porque essas estruturas regulatórias constituem a intersecção das perspectivas locais e internacionais da globalização.

Entramos, novamente, no espaço das mudanças de modelos de televisão ou de suas hibridações. Um projeto que está sendo discutido no Congresso brasileiro tenta abrir a televisão massiva para o capital estrangeiro. Se isso acontecer, a característica comum entre esses países, de uma televisão massiva nacional e uma televisão por assinatura internacionalizada, sofrerá mudanças, numa revanche do presente sobre o passado. Outra questão diz respeito às práticas nem sempre condizentes com as leis existentes, seja pela sua inobservância (acordo Globo/Time Life, nos anos 60) seja pelos subterfúgios para o descumprimento de certas interdições. Exemplar é a proibição de oligopólios de televisão no Brasil, estabelecendo-se que cada proprietário só pode ter um número reduzido de concessões, e sua organização em redes, ultrapassa-se facilmente esses limites.

A essas questões devem ser acrescidas as tendências cada vez mais fortes de uma televisão global, dentro de políticas neoliberais, além de os governos nacionais continuarem sendo a principal autoridade para a outorga de canais de televisão e exclusivos na nomeação de membros dos órgãos reguladores. Essa prática, diz o estudo, não é solitária: ela acontece num jogo de forças e de interesses, que vão de conglomerados como o do Clarim, na Argentina, ou da Rede Globo, no Brasil. Tais tensões, porém, variam de país para país, tornando-se ainda mais complexas, numa época em que as tecnologias da televisão convergem com a informática, criando uma mídia original, dificilmente encompassada pelas estruturas regulatórias tradicionais.

Porto Alegre, 5 de fevereiro de 2000.

Sérgio Capparelli

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e
Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS